

Saúde

Remédio sem prescrição volta à gôndola

Permissão obtida pelo Sincofarma coloca ao alcance do consumidor analgésicos e antipiréticos

MARIANA LENHARO
mariana.lenharo@grupoesado.com.br

Farmácias do Estado de São Paulo podem voltar a dispor medicamentos isentos de prescrição nas gôndolas acessíveis aos consumidores. Desde fevereiro de 2010, quando entrou em vigor a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC 44), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), os estabelecimentos eram obrigados a manter atrás do balcão analgésicos e antipiréticos, entre outros.

A decisão foi proferida pelo Tribunal Regional Federal 1.ª Região (DF) na sexta-feira, em resposta a um pedido do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo (Sincofarma). Segundo o texto, "enquanto não sobrevier lei dispendo sobre a matéria, a Anvisa não pode impedir que os medica-

mentos isentos de prescrição sejam expostos aos consumidores".

De acordo com a assessoria de imprensa da Anvisa, sindicatos e associações de farmácias de todo o País têm entrado com pedidos judiciais para anular os efeitos da RDC. Embora a agência esteja recorrendo individualmente de cada liminar, o órgão não deve se manifestar sobre cada uma das decisões até a decisão final do Supremo Tribunal Federal (STF) – ainda sem data definida – que deve julgar a validade de toda a RDC 44, e não apenas do item que se refere à disposição dos medicamentos.

Desde sexta-feira, alguns comerciantes da capital já colocaram os medicamentos ao alcance do público. É o caso do farmacêutico Charles Vieira De Martino, que há 11 anos é dono de uma farmácia na Avenida Sapopemba, zona leste da capital. "As vendas caíram bastante quando tiramos os remédios das gôndolas. Os clientes também reclamavam porque tinham de ficar na fila para comprar um remédio para dor de cabeça", conta ele, que espera ver me-

lhorias em seu negócio com a volta dos remédios às gôndolas.

Apesar de relatos com o de Martino, o Sincofarma informa não ter dados precisos sobre o impacto da RDC nas vendas das farmácias. O embate judicial entre a Anvisa e o comércio farmacêutico vem se desenrolando desde o ano passado. Poucos dias depois de a RDC 44 entrar em vigor, o Sincofarma já havia conseguido uma liminar que permitia que as farmácias deixassem os remédios acessíveis ao público.

Decisão do TRF 1.ª Região anulou farmacêuticos, que esperam aumento nas vendas de medicamentos

Segundo o advogado do sindicato, Renato Romolo Tamarozzi, os fiscais da vigilância sanitária continuaram multando os estabelecimentos que mantiveram os remédios nas gôndolas. Isso porque, diz ele, o texto da decisão judicial estava ambíguo e sujeito a interpretações diferentes. A decisão da semana passada esclarece que a



Medicamentos vendidos sem necessidade de receita médica: consumidor não precisa mais fazer pedido ao balconista

EMBATE JUDICIAL

17/08/2009

➤ Anvisa publica Resolução da Diretoria Colegiada (RDC 44), que entra em vigor um dia depois

24/02/2010

➤ Liminar desobriga farmácias do Estado de São Paulo de seguir o artigo da RDC 44 referente à obrigatoriedade de manter os medicamentos isentos de prescrição atrás do balcão

17/5/2011

➤ Sentença judicial confirma a liminar anterior

8/9/2011

➤ Anvisa entra com recurso contra a sentença

7/10/2011

➤ Decisão judicial intima a Anvisa a desobrigar as farmácias do Estado de São Paulo a manterem os medicamentos isentos de prescrição atrás do balcão

'Comerciantes devem escolher como vender'

A resolução da Anvisa que retirou os medicamentos do alcance do consumidor fez com que as farmácias diversificassem as vendas. O diretor da Associação Brasileira dos Distribuidores dos Laboratórios Nacionais (Abradlan), Gabriel Monteiro, afirma que, no espaço aberto pelos remédios entraram produtos de higiene, cosméticos e perfumaria. "Abriu-se um espaço que pode ser explorado de outra maneira", diz. Para Monteiro, o setor sofreu um impacto financeiro inicial, mas as vendas já se normalizaram. Agora, os comerciantes devem escolher, de acordo com sua estratégia, se trazem os remédios de volta para as gôndolas ou não.